

Pierre Bourdieu  
Jean-Claude Chamboredon  
Jean-Claude Passeron

# Ofício de sociólogo

## Metodologia da pesquisa na sociologia

TRADUÇÃO DE  
Guilherme João de Freitas Teixeira



---

Petrópolis

© 1968, *École des Hautes Études en Sciences Sociales e Mouton Éditeur*  
Título original: *Le métier de sociologue. Préalables épistémologiques*

Direitos de publicação em língua portuguesa no Brasil:

1999, Editora Vozes Ltda.

Rua Frei Luís, 100

25689-900 Petrópolis, RJ

Internet: <http://www.vozes.com.br>

Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Nas primeiras edições este livro se apresentou com o título  
*A profissão de sociólogo*

#### **Diretor editorial**

Frei Antônio Moser

#### **Editores**

Ana Paula Santos Matos

José Maria da Silva

Lídio Peretti

Marilac Loraine Oleniki

#### **Secretário executivo**

João Batista Kreuch

*Editoração e org. literária:* Orlando dos Reis

*Projeto gráfico:* Victor Mauricio Bello

*Capa:* André Gross

ISBN 978-85-326-1775-0 (edição brasileira)

ISBN 90-279-6964-4 (edição francesa)

Editado conforme o novo acordo ortográfico.

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

# Sumário

*Prefácio da segunda edição*, 7

*Introdução: Epistemologia e metodologia*, 9

## PRIMEIRA PARTE – A RUPTURA

1. O fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato, 23
  - 1.1. Prenações e técnicas de ruptura, 23
  - 1.2. A ilusão da transparência e o princípio da não consciência, 25
  - 1.3. Natureza e cultura: substância e sistema de relações, 30
  - 1.4. A sociologia espontânea e os poderes da linguagem, 31
  - 1.5. A tentação do profetismo, 36
  - 1.6. Teoria e tradição teórica, 38
  - 1.7. Teoria do conhecimento sociológico e teoria do sistema social, 42

## SEGUNDA PARTE – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

2. O fato é construído: as formas da demissão empirista, 45
  - 2.1. “As abdições do empirismo”, 48
  - 2.2. Hipóteses ou pressupostos, 52
  - 2.3. A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato, 54
  - 2.4. A analogia e a construção das hipóteses, 64
  - 2.5. Modelo e teoria, 68

## TERCEIRA PARTE – O RACIONALISMO APLICADO

3. O fato é conquistado, construído, constatado: a hierarquia dos atos epistemológicos, 73
  - 3.1. A implicação das operações e a hierarquia dos atos epistemológicos, 73
  - 3.2. Sistema de proposições e verificação sistemática, 80
  - 3.3. Os pares epistemológicos, 83

Conclusão: Sociologia do conhecimento e epistemologia, 87

Textos de ilustração, 99

Lista dos textos, 299

Leituras complementares, 303

Índices

– Onomástico, 307

– Analítico, 311

– Geral, 337

*Os textos de ilustração que se encontram no segundo bloco desta obra (p. 99-297) devem ser lidos paralelamente às análises no decorrer das quais são utilizados ou explicados. As chamadas para esses textos são indicadas, ao longo do primeiro bloco do livro, por uma anotação entre colchetes, que compreende o nome do autor e o número do texto – Para identificá-los, pode-se recorrer à lista dos textos p. 299s. ou ao índice geral, p. 325.*

## Prefácio da segunda edição

*A preparação desta segunda edição resumida constituiu o pretexto para modificar o projeto inicial de dar continuidade ao volume dedicado às Preliminares epistemológicas com um segundo tomo que teria tratado da construção do objeto sociológico e com um terceiro que teria apresentado um repertório crítico das ferramentas, tanto conceituais quanto técnicas, da pesquisa. Afinal de contas, pareceu-nos que não teríamos a possibilidade de realizar nesses campos o equivalente do trabalho de construção que se tornou possível e necessário pela inexistência de uma epistemologia das ciências sociais: impossibilitados de nos limitarmos, em um terreno tão manifestamente ocupado, até mesmo atravancado, à opinião preconcebida da ingenuidade, também não foi possível resignar-nos à discussão moderada das teorias e conceitos em vigor, cuja tradição universitária estabelece as condições prévias de qualquer discussão teórica.*

*Estariamos, de preferência, inclinados a submeter tais Preliminares epistemológicas a uma revisão que visasse subordinar, de forma mais completa, o discurso à intenção pedagógica que, no estado atual da obra, estava bem longe de ter sido alcançada. Assim, cada um dos princípios teria sido transformado em preceitos ou, pelo menos, em exercícios de interiorização da postura; por exemplo, para colocar em evidência todas as virtualidades heurísticas que estão implicadas em um princípio tal como o do primado das relações, teria sido necessário demonstrar com trabalhos práticos – como é possível fazê-lo em um seminário, ou melhor, em um grupo de pesquisa, ao ser examinada a construção de uma amostra, a elaboração de um questionário ou a análise de uma série de quadros estatísticos – a maneira como esse princípio orienta as escolhas técnicas do trabalho de pesquisa (construção de séries de populações separadas por diferenças pertinentes no que diz respeito às relações consideradas, elaboração das perguntas que, secundárias para a sociografia da própria população, permitem situar o caso considerado em um sistema de casos em que o mesmo adquire todo seu sentido, ou, ainda, mobilização das técnicas gráficas e mecanográficas que permitam apreender,*

*de forma sinóptica e exaustiva, o sistema das relações entre as relações reveladas por um conjunto de quadros estatísticos). Entre outras razões, abandonamos o projeto com receio de que tal esforço de clarificação pedagógica levasse, em decorrência dos limites da comunicação por escrito, à própria negação do ensino da pesquisa como pedagogia da invenção, encorajando a canonização dos preceitos banalizados de uma nova metodologia ou, pior ainda, de uma nova tradição teórica. O risco não é fictício: a crítica do empirismo positivista e da abstração metodológica, considerada em seu tempo como herética, tem todas as possibilidades de ser, hoje, confundida com os discursos eternamente preliminares de uma nova vulgata que ainda consegue diferir a ciência, substituindo a obsessão da impecabilidade metodológica pelo ponto de honra da pureza teórica.*

Setembro de 1972

# Introdução

## *Epistemologia e metodologia*

“O método, escreve Augusto Comte, não pode ser estudado separadamente das pesquisas nas quais é utilizado; ou, pelo menos, não passa de um estudo morto, incapaz de fecundar o espírito que se entrega a ele. Tudo o que se pode dizer de real, quando o consideramos abstratamente, reduz-se a generalidades de tal forma imprecisas que estas não poderiam exercer qualquer influência sobre o regime intelectual. Quando estabelecemos firmemente, como tese lógica, que todos os nossos conhecimentos devem ser baseados na observação, que devemos proceder a partir dos fatos para chegar aos princípios ou a partir dos princípios para chegar aos fatos, e alguns outros aforismos semelhantes, ficamos conhecendo o método muito menos nitidamente do que aquele que, de maneira um pouco aprofundada, estudou uma única ciência positiva, mesmo sem intenção filosófica. É por ter desconhecido esse fato essencial que nossos psicólogos são levados a considerar seus devaneios como ciência, acreditando ter compreendido o método positivo por terem lido os preceitos de Bacon ou o *Discours* de Descartes. Ignoro se, mais tarde, será possível fazer *a priori* um verdadeiro curso de método completamente independente do estudo filosófico das ciências; mas estou bem convencido de que, hoje, isso é inexequível, na medida em que os grandes procedimentos lógicos ainda não podem ser explicados com a precisão suficiente, separadamente de suas aplicações. Além disso, ousou acrescentar que, mesmo sendo possível realizar, posteriormente, tal empreendimento – o que, com efeito, é concebível –, é somente graças ao estudo das aplicações regulares dos procedimentos científicos que será

possível chegar à formação de um bom sistema de hábitos intelectuais; aliás, esse é o objetivo essencial do método”<sup>1</sup>.

Nada haveria a acrescentar a esse texto que, recusando estabelecer uma dissociação entre método e prática, rejeita de antemão todos os discursos do método, se não já existisse um verdadeiro discurso em volta do método que, na falta de contestação séria, ameaça impor aos pesquisadores uma imagem desdobrada do trabalho científico. Como profetas que invectivam a impureza original da empiria – mas não se sabe se consideram as mesquinhas rotinas da rotina científica como atentados à dignidade do objeto que pretendem abordar ou do sujeito científico que pretendem encarnar – ou sumos sacerdotes do método que, naturalmente, levariam todos os pesquisadores, durante a vida, a ficar presos aos bancos do catecismo metodológico, os que dissertam sobre a arte de ser sociólogo ou a maneira científica de fazer a ciência sociológica têm em comum, muitas vezes, a característica de estabelecer a dissociação entre o método, ou a teoria, e as operações da pesquisa, quando não é entre a teoria e o método ou entre a teoria e a teoria. Surgido da experiência da pesquisa e de suas dificuldades cotidianas, nosso objetivo limita-se a explicitar, como prova, um “sistema de hábitos intelectuais”: destina-se àqueles que, “tendo embarcado” na prática da sociologia empírica e não precisando que lhes seja lembrada a necessidade da medida e de toda a sua parafernália teórica e técnica, concordam, de imediato, conosco sobre aquilo em que estamos de acordo – porque isso é evidente – por exemplo, na necessidade de levar em consideração todas as ferramentas conceituais ou técnicas que permitem dar todo o seu vigor e toda a sua força à verificação experimental. Somente aqueles que não têm ou não pretendem fazer a experiência da pesquisa poderão ver nesta obra, que visa colocar a prática sociológica em questão, um questionamento da sociologia empírica<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> COMTE, A. *Cours de philosophie positive*. T. Paris: Bachelier, 1830 (citado a partir da edição Garnier, 1926, p. 71-72) [N.T.: Cf. COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 15]. [Trad. de José Arthur Giannotti, col. “Os Pensadores”]. Com G. Canguilhem, poderíamos observar que não é fácil superar as solicitações do vocabulário que “nos levam, incessantemente, a conceber o método como suscetível de ser separado das pesquisas em que está em ação: [A. Comte] ensina na primeira lição do *Cours de philosophie positive* que ‘o método não pode ser estudado separadamente das pesquisas nas quais é utilizado’, o que subentende que a utilização de um método pressupõe que este seja, previamente, conhecido” (CANGUILHEM, G. *Théorie et technique de l’expérimentation chez Claude Bernard* – Colloque du centenaire de la publication de l’introduction à l’étude de la médecine expérimentale. Paris: Masson, 1967, p. 24).

<sup>2</sup> A divisão do campo epistemológico, segundo a lógica dos pares (cf. 3ª parte), e as tradições intelectuais que, identificando toda reflexão com pura especulação, impedem a percepção da função técnica de uma reflexão sobre a relação às técnicas e conferem ao mal-entendido, contra o qual tentamos aqui nos precaver, uma probabilidade muito forte: com efeito, nessa organização dualista das posições epistemológicas, qualquer tentativa feita no sentido de reinserir as operações técnicas na hierarquia dos atos epistemológicos será, quase inevitavelmente, interpretada como uma acusação contra a técnica e os técnicos; a despeito do que tem sido nossa postura e reconhecermos, aqui, a contribuição capital dos metodólogos – e, em particular, Paul F. Lazarsfeld – no sentido da racionalização da prática sociológica, sabemos que corremos o risco de sermos classificados ao lado de *Fads and Foibles of American Sociology* e não ao lado de *The Language of Social Research*.

Se é verdade que o ensino da pesquisa requer – tanto dos seus idealizadores quanto dos seus receptores – uma referência direta e constante à experiência *na primeira pessoa*, “a metodologia em moda que multiplica os programas em favor de uma pesquisa sofisticada, mas hipotética, os exames críticos de pesquisas feitas por outros [...] ou os veredictos metodológicos”<sup>3</sup>, não poderia tomar o lugar de uma reflexão sobre a justa relação às técnicas e de um esforço, até mesmo arriscado, para transmitir princípios que não podem se apresentar como simples verdades de princípio porque são o princípio da busca das verdades. Além disso, se é verdade que os métodos se distinguem das técnicas, pelo menos, no sentido em que são “bastante gerais para terem valor em todas as ciências ou em uma parte importante delas”<sup>4</sup>, essa reflexão sobre o método ainda deve assumir o risco de encontrar, de novo, as mais clássicas análises da epistemologia das ciências da natureza; no entanto, talvez seja necessário que os sociólogos estejam de acordo a respeito dos princípios elementares que são considerados truísmos pelos especialistas das ciências da natureza ou da filosofia das ciências para abandonar a anarquia conceitual à qual são condenados por sua indiferença em relação à reflexão epistemológica. Na realidade, o esforço para interrogar uma ciência particular com a ajuda dos princípios gerais, fornecidos por esse saber epistemológico, justifica-se e impõe-se, em particular, no caso da sociologia: aqui, tudo se inclina, com efeito, para ignorar tal conhecimento adquirido, desde o estereótipo humanista da irredutibilidade das ciências humanas até às características do recrutamento e formação dos pesquisadores, passando pela existência de um conjunto de metodólogos especializados na reinterpretação seletiva do saber das outras ciências. Portanto, é necessário submeter as operações da prática sociológica à polêmica da razão epistemológica para definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de engendrará-lo um dos meios de superá-lo. A intenção de dar ao pesquisador os meios de assumir por si próprio a vigilância de seu trabalho científico opõe-se às chamadas à ordem dos censores,

<sup>3</sup> NEEDHAM, R. *Structure and Sentiment – A Test-case in Social Anthropology*. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1962, p. VII.

<sup>4</sup> KAPLAN, A. *The Conduct of Inquiry: methodology of Behavioral Science*. San Francisco: Chandler Publishing Company, 1964, p. 23 [N.T.: KAPLAN A. *A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder/Editora da Universidade de São Paulo, 1972 - Trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota]. O mesmo autor deplora que o termo “tecnologia” já tenha recebido um sentido especializado, observando que o mesmo se aplicaria com exatidão a inúmeros estudos ditos “metodológicos” (ibid., p. 19).

cujo negativismo peremptório só pode suscitar o terror em relação ao erro e o recurso resignado a uma tecnologia investida da função de exorcismo.

Como mostra toda a obra de Gaston Bachelard, a epistemologia distingue-se de uma metodologia abstrata por se esforçar em apreender a lógica do erro para construir a lógica da descoberta da verdade como polêmica contra o erro e como esforço para submeter as verdades próximas da ciência e os métodos que ela utiliza a uma retificação metódica e permanente [G. Canguilhem, texto n. 1]. No entanto, não seria possível dar toda a força à ação polêmica da razão científica sem prolongar a “psicanálise do espírito científico” por uma análise das condições sociais nas quais são produzidas as obras sociológicas: o sociólogo pode encontrar um instrumento privilegiado da vigilância epistemológica na sociologia do conhecimento, meio de aumentar e dar maior precisão ao conhecimento do erro e das condições que o tornam possível e, por vezes, inevitável [G. Bachelard, texto n. 2]. Na sequência, o que pode sobrar aqui das aparências de uma polêmica *ad hominem* tem a ver unicamente com os limites da compreensão sociológica das condições do erro: uma epistemologia que faz apelo a uma sociologia do conhecimento tem menos condições do que qualquer outra para atribuir os erros a sujeitos que nunca são totalmente seus autores. Se, para parafrasear um célebre texto de Marx, “não pintamos de cor-de-rosa” o empirista, o intuicionista ou o metodólogo, também nunca pensamos nas “pessoas a não ser pelo fato de que são a personificação” de posições epistemológicas que se deixam compreender completamente apenas no campo social no qual elas se afirmam.

## **A pedagogia da pesquisa**

O objetivo desta obra é exatamente definir sua forma e conteúdo. Um ensino da pesquisa que tenha como projeto expor os princípios de uma prática profissional e inculcar, simultaneamente, uma certa atitude em relação a essa prática, isto é, fornecer os instrumentos indispensáveis ao tratamento sociológico do objeto e, ao mesmo tempo, uma disposição ativa para utilizá-los de forma adequada, deve romper com as rotinas do discurso pedagógico para restituir a força heurística aos conceitos e operações mais completamente “neutralizados” pelo ritual da apresentação canônica. É a razão pela qual esta obra que visa ensinar os atos mais práticos da prática sociológica começa com uma reflexão que se esforça por lembrar, sistematizando-as, as implicações de qualquer prática, boa ou má, e especificar

em preceitos práticos o princípio da vigilância epistemológica (Primeiro Livro)<sup>5</sup>. Em seguida, poderemos tentar definir a função e as condições de aplicação dos esquemas teóricos aos quais deve recorrer a sociologia para construir seu objeto sem pretender apresentar esses primeiros princípios da interrogação propriamente sociológica como uma teoria acabada do conhecimento do objeto sociológico e, menos ainda, como uma teoria geral e universal do sistema social (Segundo Livro)<sup>6</sup>. A pesquisa empírica não tem necessidade de investir em tal teoria para escapar ao empirismo, com a condição de realizar efetivamente, em cada uma de suas operações, os princípios que a constituem como ciência, dando-lhe um objeto dotado de um mínimo de coerência teórica. Com tal condição, os conceitos ou métodos poderão ser tratados como *ferramentas* que, arrancados de seu contexto original, se oferecem para novas utilizações (Terceiro Livro)<sup>7</sup>. Ao associar a apresentação de cada instrumento intelectual a exemplos de sua utilização, empenhar-nos-emos em evitar que o saber sociológico possa aparecer como uma soma de técnicas ou como um capital de conceitos, separados ou separáveis de sua utilização na pesquisa.

Se decidimos extrair da ordem das razões na qual os princípios teóricos, assim como os procedimentos técnicos legados pela história da ciência sociológica, se encontravam inseridos, não foi somente para quebrar os encadeamentos de natureza didática que só renunciam à complacência erudita em relação com a história das doutrinas ou dos conceitos para se submeterem ao reconhecimento diplomático dos valores consagrados pela tradição ou sagrados pela moda, nem tampouco para liberar virtualidades heurísticas, quase sempre, mais numerosas do que poderiam levar a acreditar os costumes acadêmicos; mas, antes de tudo, em nome de uma concepção da teoria do conhecimento sociológico que a transforma no sistema dos princípios que definem as condições de possibilidade de todos os atos e de todos os discursos propriamente sociológicos e somente destes, sejam quais forem as teorias do sistema social peculiares dos que produzem ou produziram obras sociológicas em nome de tais princípios<sup>8</sup>. A questão da filiação de uma pesquisa sociológica a uma teoria particular do social – por exemplo, a de Marx, Weber ou Durkheim – é sempre secundária em relação à questão de saber se tal pesquisa tem a ver com a ciência sociológica: com efeito, o único critério para responder a tal pergunta reside

---

<sup>5</sup> Cf. *supra*, o prefácio da segunda edição.

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> *Ibid.*

<sup>8</sup> Cf. *infra*.

na aplicação dos princípios fundamentais da teoria do conhecimento sociológico que, como tal, não estabelece qualquer separação entre autores que, em princípio, estariam separados no terreno da teoria do sistema social. Se a maior parte dos autores foi levada a confundir com sua teoria particular do sistema social a teoria do conhecimento do social que utilizavam – pelo menos implicitamente – em sua prática sociológica, o projeto epistemológico pode servir-se dessa distinção prévia para aproximar autores cujas oposições doutrinárias dissimulam o acordo epistemológico.

O receio de que o empreendimento leve a um amálgama de princípios extraídos de tradições teóricas diferentes ou à constituição de um conjunto de fórmulas dissociadas dos princípios que as fundamentam é uma forma de esquecer que a reconciliação – cujos princípios temos intenção de explicitar – opera-se realmente no exercício autêntico da profissão de sociólogo ou, mais exatamente, na “profissão” do sociólogo, esse *habitus* que, sendo um sistema de esquemas mais ou menos controlados e mais ou menos transponíveis, é simplesmente a interiorização dos princípios da teoria do conhecimento sociológico. À tentação sempre renascente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica que, subordinando a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular. É somente por uma reinterpretação mágica das exigências da medida que podemos superestimar a importância de operações que, afinal de contas, não passam de habilidades profissionais e, simultaneamente – transformando a prudência metodológica em reverência sagrada, com receio de não preencher cabalmente as condições rituais –, utilizar com receio, ou nunca utilizar, instrumentos que apenas deveriam ser julgados pelo seu uso. Os que levam a preocupação metodológica até a obsessão nos fazem pensar nesse doente, mencionado por Freud, que passava seu tempo a limpar os óculos sem nunca colocá-los.

Levar a sério o projeto de transmitir metodicamente uma *ars inveniendi* é ver que ele implica uma coisa completamente diferente e muito mais do que a *ars probandi* proposta por aqueles que confundem a mecânica lógica, desmontada

posteriormente, das constatações e provas com o funcionamento real do espírito de invenção; é ver também, com a mesma evidência, que existe uma grande diferença entre as trilhas, ou melhor, os atalhos que, atualmente, possam ser traçados por uma reflexão sobre a pesquisa e a progressão lenta, sem lamentos nem rodeios, proposta por um verdadeiro discurso do método sociológico.

Diferentemente da tradição que se limita à lógica da prova, não consentindo por princípio entrar nos arcanos da invenção e que, assim, fica condenada a oscilar entre uma retórica da exposição formal e uma psicologia literária da descoberta, gostaríamos de fornecer os meios de adquirir uma disposição mental que é a condição, tanto da invenção quanto da prova. Por não termos operado tal reconciliação, renunciamos a fornecer qualquer ajuda ao trabalho de descoberta e encontramos-nos reduzidos, em companhia de tantos metodólogos, a invocar ou evocar, como é costume invocar os espíritos, os milagres da iluminação criadora, veiculados pela hagiografia da descoberta científica, ou os mistérios da psicologia das profundezas<sup>9</sup>. Se é evidente que os automatismos adquiridos podem permitir a economia de uma invenção permanente, devemos nos abster de deixar crer que o sujeito da invenção científica é um *automaton spirituale*, obedecendo aos mecanismos bem ajustados de uma programação metodológica constituída uma vez por todas, e confinar dessa forma o pesquisador na submissão cega ao programa que exclui o retorno reflexivo ao mesmo, condição da invenção de novos programas<sup>10</sup>. “Da mesma forma que o conhecimento da anatomia não é a condição suficiente de um procedimento correto”, assim também a metodologia, dizia Weber, “não é

<sup>9</sup> Ao definir o objeto da lógica das ciências, a literatura metodológica toma sempre cuidado em afastar explicitamente a consideração dos *ways of discovery* em benefício dos *ways of validation* (cf., por exemplo, HEMPEL, C. *Aspects of Scientific Explanation and Other Essays in the Philosophy of Science*. Nova York: Free Press, 1965, p. 82-83). K.R. Popper retorna, frequentemente, a essa dicotomia que parece abranger, para ele, a oposição entre a vida pública e a vida privada: “A questão ‘como descobriu, pela primeira vez, sua teoria?’ toca, por assim dizer, uma questão extremamente pessoal, contrariamente à questão ‘como verificou sua teoria?’” (POPPER, K.R. *Misère de l'historicisme*. Paris: Plon, 1956, p. 132 [Trad. H. Rousseau]). Ou ainda: “Não existe nada que se pareça com um método lógico para ter ideias ou com uma reconstituição lógica desse processo. Segundo a minha opinião, qualquer descoberta contém ‘um elemento irracional’ ou uma ‘intuição criadora’ no sentido de Bergson” (POPPER K.R., *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Hutchinson, 1959, p. 32). Pelo contrário, desde que, por exceção, tomamos explicitamente como objeto o “contexto da descoberta” (por oposição ao “contexto da prova”), somos obrigados a romper com inúmeros esquemas rotineiros da tradição epistemológica e metodológica, e, em particular, com a representação do procedimento da pesquisa como sucessão de etapas distintas e predeterminadas (cf. HAMOND, P.E. (org.). *Sociologist at Work - Essays on the Craft of Social Research*. Nova York: Basic Books, 1964).

<sup>10</sup> Basta pensar, por exemplo, na facilidade com a qual a pesquisa pode se reproduzir a si mesma sem nada produzir, segundo a lógica da *pump-hondle research*.

a condição de um trabalho fecundo”<sup>11</sup>. No entanto, se é inútil esperar descobrir uma ciência da maneira de fazer a ciência e esperar da lógica algo diferente de uma forma de controlar a ciência em vias de se fazer ou validar a ciência já constituída, ocorre que, como observava Stuart Mill, “a invenção pode ser cultivada”; o mesmo é dizer que uma explicitação da lógica da invenção, por mais parcial que seja, pode contribuir para a racionalização da aprendizagem da aptidão para inventar.

### **Epistemologia das ciências do homem e epistemologia das ciências da natureza**

A maior parte dos erros a que está exposta tanto a atividade sociológica quanto a reflexão sobre tal atividade encontra sua raiz na representação falsa da epistemologia das ciências da natureza e da relação que ela mantém com a epistemologia das ciências do homem. Assim, epistemologias tão opostas em suas afirmações patentes quanto o dualismo de Dilthey – que só consegue apresentar a especificidade do método das ciências do homem, opondo-o a uma imagem das ciências da natureza suscitada pela mera preocupação de estabelecer distinções – e o positivismo que se esforça por imitar uma imagem da ciência natural fabricada pela necessidade dessa imitação têm em comum o fato de ignorar a filosofia exata das ciências exatas. Semelhante equívoco levou não só a forjar distinções forçadas entre os dois métodos para agradar às nostalgias ou aos desejos piedosos do humanismo, mas também a aplaudir ingenuamente as redescobertas que se ignoram como tais, ou ainda participar da supervalorização positivista que, de forma escolar, copia uma imagem redutora da experiência como cópia do real.

No entanto, podemos nos aperceber de que o positivismo só retoma por sua conta uma caricatura do método das ciências exatas sem ter acesso *ipso facto* a uma epistemologia exata das ciências do homem. E, de fato, trata-se de uma constante da história das ideias que a crítica do positivismo mecanicista sirva para afirmar o caráter subjetivo dos fatos sociais e sua irredutibilidade aos métodos rigorosos da ciência. Assim, percebendo que “os métodos que os cientistas ou pesquisadores fascinados pelas ciências da natureza tentaram, muitas vezes, aplicar à força às ciências do homem nem sempre foram necessariamente os que os cientistas seguiam, de fato, em seu próprio campo, mas antes os que eles acreditavam utilizar”<sup>12</sup>, Hayek conclui daí imediatamente que os fatos sociais diferem “dos fatos das ciências fisi-

<sup>11</sup> WEBER, M. *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1965, p. 220 [Trad. J. Freund].

<sup>12</sup> HAYEK, F.A. von *Scientisme et sciences sociales - Essai sur le mauvais usage de la raison*. Paris: Plon, 1953, p. 3 [Trad. M. Barre].

cas porque são crenças ou opiniões individuais” e, por consequência, “não devem ser definidos a partir do que poderíamos descobrir a seu respeito por meio dos métodos objetivos da ciência, mas a partir do que a pessoa que age pensa a seu respeito”<sup>13</sup>. A contestação da imitação automática das ciências da natureza associa-se tão automaticamente à crítica subjetivista da objetividade dos fatos sociais que todo esforço para tratar dos problemas específicos, levantados pela transposição do saber epistemológico das ciências da natureza para as ciências do homem, corre o risco de aparecer sempre como uma reafirmação dos direitos imprescritíveis da subjetividade<sup>14</sup>.

## A metodologia e o deslocamento da vigilância

Para ultrapassar esses debates acadêmicos e as maneiras acadêmicas de superá-los, é necessário submeter a prática científica a uma reflexão que, diferentemente da filosofia clássica do conhecimento, aplica-se não à ciência já constituída, ciência *verdadeira* em relação à qual seria necessário estabelecer as condições de possibilidade e de coerência ou os títulos de legitimidade, mas à ciência *em vias de se fazer*. Semelhante tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro, ou melhor, como afirma Bachelard, “próximo, isto é, retificado”. Transposta para o caso das ciências do homem, essa filosofia do trabalho científico como “ação polêmica incessante da Razão” pode propiciar os princípios de uma reflexão capaz de inspirar e controlar os atos concretos de uma atividade verdadeiramente científica, definindo no que têm de específico os princípios do “racionalismo regional” peculiar à ciência sociológica. O racionalismo fixista que inspirava as interrogações da filosofia clássica do conhecimento exprime-se, hoje, mais facilmente nas tentativas de

<sup>13</sup> Ibid., p. 21 e 24.

<sup>14</sup> E, no entanto, bastaria todo o projeto de Durkheim para mostrar que é possível escapar à alternativa da imitação cega e da recusa, igualmente cega, de imitar: “A sociologia surgiu à sombra das ciências da natureza e em contato íntimo com elas. [...] É evidente que, entre os primeiros sociólogos, alguns estavam enganados ao exagerarem tal aproximação ao ponto de desconhecem a origem das ciências sociais e a autonomia de que elas devem desfrutar em relação às outras ciências que as precederam. No entanto, tais excessos não devem levar a esquecer tudo o que há de fecundo nesses núcleos principais do pensamento científico” (DURKHEIM, E. “La sociologie et son domaine scientifique”. In: *Rivista italiana di Sociologia*, tomo IV, 1900, p. 127-159, apud CUVILLIER, A. *Où va la sociologie française?* Paris: Marcel Rivière, 1953, p. 177-208).

certos metodólogos que tendem a reduzir a reflexão sobre o método a uma lógica formal das ciências. No entanto, como observa P. Feyerabend, “qualquer fixismo semântico encontra dificuldades desde que se trata de justificar completamente o progresso do conhecimento e as descobertas que contribuem para o mesmo”<sup>15</sup>. Mais precisamente, mostrar interesse pelas relações intemporais entre proposições abstratas, em detrimento dos processos pelos quais cada proposição ou cada conceito foi estabelecido e engendrou outras proposições ou outros conceitos, é impedir prestar uma assistência real aos que estão envolvidos nas arriscadas peripécias do trabalho científico, relegando o desenrolar da intriga para os bastidores e colocando em cena somente os desfechos. Inteiramente empenhados na busca de uma lógica ideal da pesquisa, os metodólogos só podem, com efeito, dirigir-se a um pesquisador definido abstratamente pela aptidão em realizar essas normas da perfeição, em suma, a um pesquisador impecável, isto é, impossível ou infecundo. A obediência incondicional a um *organon* de regras lógicas tende a produzir um efeito de “fechamento prematuro”, fazendo desaparecer, para falar como Freud, “a elasticidade nas definições”, ou, como diz Carl Hempel, “a disponibilidade semântica dos conceitos” que, pelo menos em certas fases da história de uma ciência ou do desenrolar de uma pesquisa, constituem uma das condições da invenção.

Não se trata de negar que a formalização lógica considerada como um meio de colocar à prova a lógica em ato da pesquisa e a coerência de seus resultados constitui um dos instrumentos mais eficazes do controle epistemológico; no entanto, essa utilização legítima dos instrumentos lógicos serve, frequentemente, de caução à paixão perversa por exercícios metodológicos que têm como única finalidade discernível permitir a exibição do arsenal dos meios disponíveis. Diante de certas pesquisas concebidas como prova lógica ou metodológica, não é possível deixar de pensar, com Abraham Kaplan, na conduta do ébrio que, tendo perdido a chave de casa, procura-a obstinadamente ao pé de um lampião, sob o pretexto de que aí está mais claro [A. Kaplan, texto n. 3].

O rigorismo tecnológico que se apoia na fé em um rigor definido uma vez por todas e para todas as situações, isto é, em uma representação fixista da verdade ou, por consequência, do erro como transgressão de normas incondicionais, opõe-se diametralmente à busca dos rigores *específicos* que se apoia em uma teoria da ver-

<sup>15</sup> FEYERABEND, P. In: FEIGL, H. & MAXWELL, G. (orgs.). “Scientific Explanation, Space and Time”. *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*. Vol. III. Minneapolis, 1962, p. 31.

dade como teoria do erro retificado. “O conhecer, afirma ainda Gaston Bachelard, deve evoluir com o conhecido”. O mesmo é dizer que seria inútil procurar uma lógica anterior e exterior à história da ciência em vias de se fazer. Para apreender os procedimentos da pesquisa é necessário examinar como ela procede, em vez de confiná-la na observância de um decálogo de processos que só devem, talvez, parecer avançados em relação à prática real na medida em que são definidos de antemão<sup>16</sup>. “Fascinado pelo fato de que, em matemática, evitar o erro é uma questão de técnica, há quem pretenda definir a verdade como o produto de uma atividade intelectual que satisfaça certas normas; há quem pretenda considerar os dados experimentais como são considerados os axiomas da geometria; há quem espere determinar regras do pensamento que desempenhariam o papel que a lógica desempenha na matemática. Há quem pretenda fazer, a partir de uma experiência limitada, uma teoria em uma única vez. Ora, o cálculo infinitesimal não conheceu seus fundamentos a não ser progressivamente; a noção do número só atingiu sua clareza ao fim de dois milênios e meio. Os procedimentos que instauram o rigor surgem como respostas a perguntas que não sabemos formular *a priori*, que somente o desenvolvimento da ciência faz emergir. A ingenuidade perde-se lentamente. Isso, verdadeiro na matemática, o é *a fortiori* nas ciências da observação nas quais cada teoria refutada sugere novas exigências de rigor. Portanto, é inútil pretender apresentar *a priori* as condições de um pensamento autenticamente científico”<sup>17</sup>.

Mais profundamente, a insistente exortação em prol da perfeição metodológica corre o risco de levar a um deslocamento da vigilância epistemológica. Assim, em vez de nos interrogarmos, por exemplo, sobre o objeto da medição e nos perguntarmos se ele merece ser medido, em vez de questionarmos as técnicas de medição e de nos interrogarmos sobre o grau de precisão desejável e legítimo, considerando as condições particulares da medida, ou até mesmo de examinarmos, mais simplesmente, se os instrumentos medem o que se pretende medir, podemos – levados pelo desejo de transformar a ideia pura do rigor metodológico em tarefas realizáveis – perseguir, com a obsessão das decimais, o ideal contraditório

<sup>16</sup> Os autores de um longo estudo consagrado às funções do método estatístico em sociologia confessam *in fine* que “suas indicações relativas às possibilidades de aplicar a estatística teórica à pesquisa empírica caracterizam somente o estado atual da discussão metodológica, sendo que a prática permanece na retaguarda” (SCHEUCH E.K. & RÖSCHMEYER, D. “Soziologie und Statistik, über den Einfluss der modernen Wissenschaftslehre auf ihr gegenseitiges Verhältnis”. In: *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozial-Psychologie*, VIII, 1956, p. 272-291).

<sup>17</sup> RÉGNIER, A. *Les infortunes de la raison*. Paris: Éd. du Seuil, 1966, p. 37-38.

de uma precisão intrinsecamente definível; nesse caso, esquecemos que, como lembra A.D. Richtie, “fazer uma medição mais precisa do que é necessário não deixa de ser menos absurdo do que fazer uma medição não suficientemente precisa”<sup>18</sup>, ou ainda que, como observa N. Campbell, quando fica estabelecido que todas as proposições compreendidas entre certos limites são equivalentes e que a proposição definida de maneira aproximada situa-se nesses limites, a utilização da forma aproximada é perfeitamente legítima<sup>19</sup>. Compreende-se que, ao engendrar uma casuística do erro técnico, a ética do dever metodológico possa conduzir – pelo menos indiretamente – a um ritualismo dos procedimentos que, sendo talvez a caricatura do rigor metodológico, é, com toda a certeza, exatamente o contrário da vigilância epistemológica<sup>20</sup>. Particularmente significativo é o fato de que a estatística – ciência do erro e do conhecimento próximo que, em procedimentos tão usuais quanto o cálculo do erro ou dos limites de confiança, coloca em ação uma filosofia da vigilância crítica – possa ser correntemente utilizada como álibi científico da submissão cega ao instrumento.

Da mesma forma, sempre que os teóricos fazem comparecer a pesquisa empírica com os respectivos instrumentos conceituais diante do tribunal de uma teoria cujas construções eles recusam medir pelo saber da ciência que ela pretende refletir e dominar, ficam devendo somente ao prestígio, indistintamente ligado a qualquer empreendimento teórico, o fato de receberem a homenagem forçada e verbal dos profissionais de campo. E se a conjuntura intelectual permitir que os puros teóricos imponham aos cientistas seu ideal, lógico ou semântico, da coerência integral e universal do sistema dos conceitos, eles poderão até mesmo paralisar a pesquisa na medida em que conseguem inspirar a obsessão de pensar em tudo, de todas

<sup>18</sup> RICHTIE, A.D. *Scientific Method: An Inquiry into the Character and Validity of Natural Laws*, Littlefield, Adams, Paterson (N.J.), 1960, p. 113. Analisando essa busca da “precisão mal fundada” que consiste em acreditar “que o mérito da solução está no número de decimais indicadas”, Bachelard observa “que a precisão em um resultado, quando vai além da precisão nos dados experimentais, significa exatamente a determinação do nada [...] essa prática lembra a piada de Dulong a respeito de um experimentador: ‘Tem a certeza do terceiro algarismo depois da vírgula, mas é do primeiro que tem dúvida’” (BACHELARD, G. *La formation de l'esprit scientifique*. 4. ed. Paris: Vrin, 1965, p. 214) [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 262s. [Trad. de Estela dos Santos Abreu.]

<sup>19</sup> CAMPBELL, N.R. *An Account of the Principles of Measurement and Calculation*. Londres/Nova York: Longmans/Green, 1928, p. 186.

<sup>20</sup> O interesse ansioso pelas doenças do espírito científico pode ter um efeito tão depressivo quanto as inquietações hipocondríacas dos frequentadores do *Larousse médical*.

as formas e sob todos os ângulos ao mesmo tempo, ignorando que, nas situações reais da atividade científica, só é possível esperar construir problemáticas ou novas teorias com a condição de renunciar à ambição impossível, desde que ela não seja escolar ou profética, de dizer tudo sobre tudo e de forma ordenada<sup>21</sup>.

## A ordem epistemológica das razões

No entanto, essas análises sociológicas ou psicológicas da perversão metodológica e da diversão especulativa não poderiam tomar o lugar da crítica propriamente epistemológica para a qual servem de introdução. Se é necessário prevenir com um vigor particular contra as advertências dos metodólogos é porque, ao chamar a atenção exclusivamente para os controles formais dos procedimentos experimentais e dos conceitos operatórios, elas têm tendência a desviar a vigilância em relação a perigos mais ameaçadores. Os instrumentos e apoios, sem dúvida muito poderosos, que a reflexão metodológica proporciona à vigilância voltam-se contra a mesma sempre que não são preenchidas as condições prévias de sua utilização. A ciência das condições formais do rigor das operações, apresentando as aparências de uma formalização “operatória” da vigilância epistemológica, pode parecer fundada na pretensão de garantir automaticamente a aplicação dos princípios e preceitos que definem a vigilância epistemológica, de modo que é necessário um acréscimo de vigilância para evitar que venha a se produzir, automaticamente, esse efeito de deslocamento.

Seria necessário, dizia Saussure, “mostrar ao linguista o que ele faz”<sup>22</sup>. A questão de saber o que é fazer ciência ou, mais precisamente, o esforço dispendido para saber o que faz o cientista, quer ele saiba ou não o que faz, não é somente uma indagação sobre a eficácia e o rigor formal das teorias e métodos disponíveis, mas um questionamento dos métodos e teorias em sua própria utilização para determinar o que fazem aos objetos e os objetos que fazem. A ordem segundo a qual

<sup>21</sup> Certas dissertações teóricas sobre todas as coisas conhecidas ou cognoscíveis preenchem, sem dúvida alguma, uma função de anexação antecipada análoga à das profecias astrológicas sempre aptas a digerir, retrospectivamente, o acontecimento: “Existem pessoas, afirma Claude Bernard, que, a propósito de uma questão, dizem tudo o que é possível dizer a fim de reclamarem quando, mais tarde, for feita qualquer experiência sobre o assunto. É como aqueles que traçam planetas em todo o firmamento a fim de reclamarem que se trata do planeta que tinham previsto” (*Principes de médecine expérimentale*. Paris: PUF, 1947, p. 255).

<sup>22</sup> BENVENISTE, E. “Lettres de Ferdinand de Saussure à Antoine Meillet”. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 21, 1964, p. 92-135.

deve ser conduzida essa interrogação é imposta tanto pela análise propriamente epistemológica dos obstáculos do conhecimento quanto pela análise sociológica das implicações epistemológicas da sociologia atual que definem a hierarquia dos perigos epistemológicos e, por consequência, das urgências.

Defender juntamente com Bachelard que o *fato científico é conquistado, construído, constatado*, é recusar, ao mesmo tempo, o empirismo que reduz o ato científico a uma constatação e o convencionalismo que lhe opõe somente as condições prévias da construção. À força de lembrar o imperativo da constatação, contra toda a tradição especulativa da filosofia social da qual tem de se liberar, a comunidade sociológica tende, atualmente, a esquecer a hierarquia epistemológica dos atos científicos que subordina a constatação à construção e a construção à ruptura: tratando-se de uma ciência experimental, a simples referência à prova experimental não passa de uma tautologia, enquanto não for acompanhada por uma explicação dos pressupostos teóricos que servem de base a uma verdadeira experimentação; ora, tal explicitação permanece em si mesma desprovida de virtude heurística enquanto não for acompanhada da explicitação dos obstáculos epistemológicos que se apresentam, sob uma forma específica, em cada atividade científica.

# A ruptura

## 1. O fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato

A vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures. Ao concedermos, com demasiada facilidade, que a preocupação com uma reforma política e moral da sociedade levou os sociólogos do século XIX a abandonar, muitas vezes, a neutralidade científica e, até mesmo, que a sociologia do século XX renunciou, eventualmente, às ambições da filosofia social sem ter ficado isenta de contaminações ideológicas de outra natureza, dispensamo-nos quase sempre de reconhecer, para tirar daí todas as consequências, que a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade. O sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável. Sua dificuldade em estabelecer, entre a percepção e a ciência, a separação que, para o físico, exprime-se por uma oposição nítida entre o laboratório e a vida cotidiana, é tanto maior pelo fato de não conseguir encontrar, em sua herança teórica, os instrumentos que lhe permitiriam recusar radicalmente a linguagem corrente e as noções comuns.

### *1.1. Preensões e técnicas de ruptura*

Na medida em que têm como função reconciliar, a qualquer preço, a consciência comum consigo mesma ao propor explicações, até mesmo contraditórias, a